



PoEMAS

Versos

Textos para Discussão

PoEMAS

Série Versos em Prosa

Marta de Freitas: a construção do campo da saúde e segurança do trabalhador na mineração

João Luís Lobo Monteiro de Castro

2022

v. 6

n. 1

Versos

Textos para Discussão PoEMAS

Pesquisadores

Bruno Milanez (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Lucas Magno (IF Sudeste MG)

Luiz Jardim de Moraes Wanderley (Universidade Federal Fluminense)

Maíra Sertã Mansur (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Raquel Giffoni Pinto (Universidade Federal Fluminense)

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (Universidade Estadual de Goiás)

Rodrigo Salles Pereira dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Tádzio Peters Coelho (Universidade Federal de Viçosa)

Como citar:

Castro, J. L. L. M. (2022) Marta de Freitas: a construção do campo da saúde e segurança do trabalhador na mineração *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 6(1), 1-16.

ISSN: 2526-9658

Versos

Versos se propõe a trazer textos analíticos que debatam, a partir da perspectiva das ciências humanas, diferentes aspectos do setor extrativo mineral. Esta iniciativa busca estimular a discussão crítica sobre o papel deste setor no desenvolvimento local, regional e nacional no contexto brasileiro.

PoEMAS

O grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) é um grupo multidisciplinar e interinstitucional formado por acadêmicos que se propõem a refletir sobre as múltiplas interfaces entre o setor extrativo mineral e a sociedade.

Maiores informações:
<http://www.ufjf.br/poemas/>
<https://www.facebook.com/grupoPoEMAS/>

Apresentação



A série “Versos em Prosa” é uma iniciativa de registro e divulgação da experiência de pessoas comprometidas com a ampliação do debate público sobre os efeitos da mineração e/ou com o ativismo em favor de seu controle social. Ela surge da compreensão de que o envolvimento na luta social gera um conhecimento tácito muito específico, raramente documentado, e que, por esse motivo, corre o risco de ser perdido.

Para além do olhar sobre a “questão mineral”, nos propomos a apresentar as trajetórias de quem está construindo o debate público. Por isso, optamos pelo formato de entrevistas informais com o objetivo de conhecer um pouco das experiências individuais, das motivações e das mudanças que o engajamento causou nas vidas das mulheres e homens que entrevistamos. Nesse sentido, tentamos apresentar ao longo do texto as “pessoas por trás das ideias”.

Nesta segunda edição da série, João Lobo entrevista Marta de Freitas. Marta é uma engenheira mecânica que dedicou sua carreira profissional e de militância à defesa da saúde e da segurança dos trabalhadores, com uma grande experiência no setor mineral. Ainda na década de 1980, após uma especialização em Engenharia de Saúde e Segurança no Trabalho, ela passou a assessorar diferentes sindicatos em aspectos ligados ao ambiente de trabalho. No setor da mineração não apenas participou de negociações com a Companhia Vale do Rio Doce, como ainda atuou nos debates envolvendo a Companhia Siderúrgica Nacional, após o assassinato de três trabalhadores pelo Exército durante a mais importante greve de sua história, em 1988.

A partir dessa experiência, Marta também esteve em diferentes órgãos estatais, como a Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, e a Secretaria Estadual de Saúde, ambas do estado de Minas Gerais. Neste contexto, contribuiu para a elaboração do Programa Nacional de Eliminação da Silicose e para a definição de parâmetros da Norma Regulamentadora 22 de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. Nos últimos anos, Marta continua atuando junto a sindicatos e no fortalecimento da relação entre eles e movimentos sociais que contestam o atual modelo mineral brasileiro.

Dessa forma, conhecer um pouco da história de vida dela é também aprender sobre a formação da organização dos trabalhadores da mineração na luta pela proteção de sua saúde e por melhores condições de segurança.

Uma ótima leitura!

Marta de Freitas: a construção do campo da saúde e segurança do trabalhador na mineração

João Luís Lobo Monteiro de Castro

João Lobo: Hoje estamos conversando com Marta de Freitas. Marta, a ideia é que a gente comece por sua vida antes do envolvimento com a mineração. Você poderia falar um pouco da sua trajetória antes de se envolver com movimentos sociais?

Marta de Freitas: Eu me formei em Engenharia Mecânica na Universidade de Itaúna (MG) em 1977. Eu era uma das meninas mais bonitas da sala, porque só tinha eu praticamente. Eu fui a quarta mulher a se formar em Engenharia Mecânica naquela época na Faculdade de Engenharia de Itaúna. Durante algum tempo, eu morei lá, fazendo estágio; mas na maioria das vezes eu ia e voltava [de Belo Horizonte]. Então não tinha muito tempo para militância. O curso era à noite e realmente, em Itaúna, o pessoal não era muito engajado na militância, como por exemplo na PUC-Minas ou nas outras faculdades aqui da capital [de Minas Gerais]. Isso também se dava pelo fato de que a maioria dos alunos, tirando o curso de Odontologia na época, era do turno noturno e eles trabalhavam durante o dia, então, não tinham muito tempo para organização política.

João Lobo: Nessa época, você percebia alguma ingerência por

parte do Governo Militar sobre a Universidade de Itaúna?

Marta de Freitas: Itaúna realmente ficava fora dessa ingerência. Eu vim do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte; estudei até 1970 e vi toda a repressão que ocorreu por lá. [Fernando] Pimentel e Dilma [Rousseff], inclusive, estudaram lá pouco tempo antes de mim. E 1970 foi um momento de muita repressão. Em 1970, inclusive, houve a invasão de agentes do SNI [Serviço Nacional de Informação] no Colégio, atuando, inclusive com professores infiltrados. Tive dois professores que, na verdade, não eram professores; eram infiltrados pela ditadura. Eu tenho um trauma de inglês até hoje, porque um dos infiltrados deu aulas de inglês e outro assumiu o ensino de física, como forma de vigiar os alunos. Em 1970 houve uma rebelião e quase todos fomos reprovados em inglês e física. Daí fomos convidados a nos retirarmos do “Estadual”.

Como você pode ver, saí dessa vivência de muita militância no “Estadual” e fui para uma universidade com participação política muito baixa. O perfil dos alunos de Itaúna com os quais eu convivi tinha essa característica mais de casulo; não que houvesse uma

proibição, mas viviam de forma meio isolada por lá.

João Lobo: E você vê influência dessas vivências que você teve antes de se graduar na sua percepção crítica da mineração e na sua escolha pela área de Saúde e Segurança do Trabalhador?

Marta de Freitas: Não, a minha influência política é do meu pai. Ele era filiado ao Partido Republicano; era ativista. Nós nos mudamos para BH, fugindo de perseguição política em nossa cidade natal. Ele sempre fez questão de que participássemos dos atos e dos movimentos políticos. Então esse espírito de rebelião, esse olhar crítico, eu herdei dele.

João Lobo: Pelo seu currículo, eu tinha pensado que sua entrada no Movimento Sindical tinha se dado só uns 10 anos após sua graduação, mas agora vejo que foi mais cedo. Como foi esse processo?

Marta de Freitas: Eu me formei em 1977 em Engenharia Mecânica e aquele foi um momento muito ruim, estava uma crise enorme; mais uma, dentre as tantas crises de desemprego que tivemos naquele período. Diferentemente de hoje, porque naquela época tinha a crise, tinha demissão, empresas fechavam, mas passava um tempo e tudo voltava, tinha outro *boom* de empregos e tudo

mais. Hoje as empresas declaram falência, os postos de trabalho são fechados e não voltam mais. Há uma redução contínua dos postos. Eu me formei, então, em 1977, e não tinha emprego. Então, eu fiz alguns cursos com a ideia de melhorar o currículo e trabalhar na área de mecânica, o que era muito difícil porque existiam pouquíssimas mulheres trabalhando nessa área.

Aí, apareceu o curso de Engenharia de Segurança, criado em 1973, no Programa de Valorização do Trabalhador. Virou um chavão, em 1970: o Brasil ganhou o campeonato mundial de futebol e foi também o

Virou um chavão, em 1970; o Brasil ganhou o campeonato mundial de futebol e foi também o campeão de acidentes de trabalho.

campeão de acidentes de trabalho. Daí criou-se o Programa de Valorização do Trabalhador com duas linhas: uma voltada para Alimentação do Trabalhador e outra de Medicina e Segurança do Trabalhador. A primeira turma se formou na PUC; eu fui da quinta turma, formada em 1979. E o assunto estava bombando, porque em 1978 criou-se a exigência de contratação de Engenheiros de Segurança nas empresas. Mas, eu fiz pensando primeiramente na melhora do meu currículo.

João Lobo: E aí, em 1979, você começou a trabalhar de fato?

Marta de Freitas: É. Faltando poucos dias para eu me formar, um professor por quem eu tenho um carinho muito grande, e que era Engenheiro Chefe da

Segurança do Trabalho numa grande empresa veio conversar comigo. A Sociedade de Instalações Técnicas [SIT] arrumava desculpa que não tinha ninguém para trabalhar na área de segurança do trabalho. E ele me indicou para trabalhar [na SIT] e foi ele quem me levou também para a Associação Mineira de Engenharia de Segurança [AMES]. Ali comecei a fazer a ponte entre a Associação e o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (SENGE MG). Este também estava num momento de renovação, com a substituição da antiga pelegada conservadora que ocupava esses espaços pelos engenheiros que tinham participados dos DAs [Diretórios Acadêmicos] e CAs [Centros Acadêmicos]. O Sindicato dos Engenheiros funcionava em frente à Associação. Então a gente passou a ter esse contato e eles passaram a me convidar para participar das reuniões. Assim, em 1981, eu já estava na diretoria do Sindicato, onde fiquei até 1995.

João Lobo: Para além da sua entrada, você poderia comentar alguns episódios importantes que você presenciou durante esse período no Movimento Sindical?

Marta de Freitas: As décadas de 1970 e 1980 constituíram uma época em que vários sindicatos ingressaram com ações de insalubridade e periculosidade. O Metabase [Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Ferro e Metais Básicos] em Itabira ingressou com um processo coletivo de insalubridade e periculosidade, mas logo em seguida, Milton Bueno, da oposição, assumiu a

direção do sindicato e deu força para continuarmos o trabalho pericial. A ação na Justiça foi junto com os rodoviários, pedindo insalubridade e periculosidade para todos os funcionários da Vale em Itabira.

Por uma série de questões, a AMES, naquela época, tinha uma elite de Engenheiros de Segurança formados na primeira turma do país. Eu, recém-formada, e mais alguns fomos trabalhar com essa equipe. Em meio a um processo que tinha ocorrido, um juiz nomeou a AMES para fazer a perícia de insalubridade e periculosidade da Vale. Eu tinha acabado de sair da SIT, em 1981, e fiquei por conta de fazer a atividade burocrática e administrativa, de recolher materiais e informações. Durante os fins de semana, esse grupo ia para Itabira e fazia os levantamentos ambientais. Eu ficava, às vezes, a semana toda em Itabira fazendo o trabalho.

Esse foi o primeiro contato com a Vale; meu primeiro contato com a mineração. Eu fiquei semanas e mais semanas na Vale, fazendo levantamento de documentos, coleta de dados, levantamentos ambientais de poeira, ruído, produtos químicos. Esse processo foi até 1984. No meio dessa trajetória, eu já estava uma parte do meu tempo no Sindicato de Engenheiros. Eu dividia, então, o trabalho: parte com o Sindicato e parte como perita. Então, esse foi o primeiro trabalho que eu tive em mineração.

Como eu tinha essa vivência com a mineração, o Sindicato foi ampliando suas negociações e eu passei a ser responsável por algumas negociações com determinadas empresas. Algumas eram relacionadas à construção civil e pesada e também fui parar na Mina

Casa de Pedra, da CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], em Congonhas. Eu representava o Sindicato na negociação com a mineração de Casa de Pedra, que tinha aproximadamente 30 engenheiros, e fomos negociando, primeiro apenas pelo SENGE MG e depois em conjunto com todos os sindicatos representantes dos trabalhadores da CSN.

João Lobo: Como se davam essas negociações?

Marta de Freitas: Nessa época, os sindicatos tinham o hábito de negociar em separado; não tínhamos uma atuação conjunta. Entretanto, por uma filosofia, uma proposta da diretoria do SENGE MG, naquele momento, se tinha a compreensão de que era preciso inserir os engenheiros nas categorias majoritárias.

Então, sempre fazíamos contato e tinha um entrosamento com os sindicatos majoritários. No caso de Congonhas era o Metabase de Congonhas [atual Metabase Inconfidentes]. Discutíamos, embora as negociações fossem todas em separado, e sempre fazíamos assembleias depois do Metabase. Se o majoritário rejeitasse [as propostas], a assembleia dos engenheiros mostrava que não era interessante aprovar as propostas da empresa e seria um enfraquecimento da luta assumir contornos distintos dos sindicatos

majoritários. E essas negociações foram até 1988.

Em 1988, houve a invasão da CSN, no contexto da greve da [usina] siderúrgica. Isso foi no final de 1988, em Volta Redonda. No dia primeiro de maio de 1989, o Juarez Antunes [ex-presidente do sindicato e, então, prefeito recém-eleito de Volta Redonda], inaugurou um monumento em homenagem aos três trabalhadores fuzilados durante a invasão para reprimir a greve. Foi um dos primeiros prefeitos dirigentes de sindicatos da CUT eleito.

No dia primeiro de maio de 1989, o Juarez Antunes inaugurou um monumento em homenagem aos três trabalhadores fuzilados durante a invasão para reprimir a greve.

João Lobo: Você chegou a acompanhar a greve em Volta Redonda?

Marta de Freitas: Sim. Estava na Bahia de férias. O pessoal conseguiu me achar e me mandou para Volta Redonda. Quando estava a caminho, fiquei sabendo da morte

dos três trabalhadores, ainda em Minas, me organizando para ir para Volta Redonda. Então, fui a Congonhas, conversar com o Sindicato Metabase. Nesse meio tempo, o Exército invadiu o local da greve e fuzilou três trabalhadores da CSN.

Acabou que fui para a reunião pós-greve. A greve durou cerca de duas semanas e envolveu sindicatos da CSN em Minas Gerais (Congonhas e Arcos) e em Santa Catarina. Em relação aos engenheiros, tinha os engenheiros de Minas Gerais, os de Volta Redonda, os do Rio de Janeiro e

os de Santa Catarina. Com isso, os sindicatos de engenheiros foram todos para Volta Redonda discutir o que fazer.

João Lobo: Quem era o presidente na época da greve?

Marta de Freitas: Era o [José] Sarney. Durante o governo Sarney, houve a greve dos ferroviários, na qual o governo colocou tanques de guerra nas ferrovias, e a greve de Volta Redonda. No caso da CSN, o Exército invadiu a Usina.

Então, já em 1989, nós fizemos uma série de reuniões e houve toda uma movimentação na cidade de Volta Redonda para se criar um monumento em homenagem aos mortos. A então Ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, convidou os sindicatos para uma reunião em Brasília no dia 2 de maio. O monumento havia sido inaugurado no dia anterior. Os sindicalistas de Volta Redonda saíram da inauguração do monumento e foram direto para Brasília. Quando chegamos em Brasília ficamos sabendo que tinha ocorrido um atentado, que haviam explodido o monumento horas depois de sua inauguração. Nós fomos informados sobre a explosão justamente na reunião com a Dorothea, às 8 horas da manhã. Eu me lembro da frase dela, perguntando: “O que vocês estão pensando sobre aquele bum que teve um Volta Redonda?”. Aí quando ela

**Aí quando ela viu
nossas caras de
espanto, nos indagou
“vocês não estão
sabendo que teve um
atentado e
explodiram o
monumento que
vocês inauguraram
ontem?”**

viu nossas caras de espanto, nos indagou: “Vocês não estão sabendo que teve um atentado e explodiram o monumento que vocês inauguraram ontem?”.

A partir daí, começamos a conversar e a negociar. A Dorothea ia convocar, no dia seguinte, a CSN para reunião de negociação com os sindicatos. Nisso, nós todos decidimos que: “Os metalúrgicos de Volta Redonda iriam representar todas as entidades sindicais; eles sentam na mesa e nós somos espectadores”. Essa frase ficou e foi uma negociação muito difícil.

Já naquela época, embora a gente não percebesse, já havia um caminho para a privatização das estatais. Nós não percebemos, mas o Sarney já tinha privatizado algumas empresas como a Sibra [Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.]. Já tinha alguma coisa caminhando, mas de uma forma muito discreta. E as privatizações estavam andando, mas Volta Redonda acabou sendo o maior marco do início da privatização das estatais.

Nesse momento, o Sindicato dos Engenheiros descobriu que as negociações na Vale eram um pouco diferentes. Com o movimento dos mineiros crescendo no Brasil inteiro, a Vale adotou a estratégia de inserir os profissionais de nível superior e de chefia nos sindicatos tanto majoritários quanto de engenheiros. Então a Vale chamou a gente para negociar e essa era a estratégia: fazer

uma divisão. O Sindicato dos Engenheiros percebeu isso e começamos a nos reunir com os sindicatos Metabase de Minas Gerais, principalmente com o de Itabira, que era muito forte.

João Lobo: Nessa época tudo ocorria de forma separada, né?

Marta de Freitas: Sim, a Vale chamava a gente para negociar separadamente. Naquele momento, o Lourival [Andrade], que é uma pessoa fantástica, uma bíblia da mineração, era assessor do Metabase de Itabira. Ele propôs que os sindicatos criassem o que chamamos, inicialmente, de CUTVALE. As primeiras reuniões ocorreram no SENGE MG e essa união dos sindicatos que atuavam na Vale chegou a juntar cerca de 100 sindicatos.

João Lobo: Somente em Minas Gerais?

Marta de Freitas: Não, no Brasil todo. Só que, de repente, percebemos que não era só CUT. A maioria dos sindicatos sequer tinha filiação. Então, criamos a Coordenação Vale e o Sindicato dos Engenheiros passou no início a sediar a coordenação; era um trabalho muito puxado, como anfitrião das reuniões. Naquela época, tínhamos um presidente de sindicato fantástico. Ele era muito bom, tinha essa percepção de ver o Sindicato dos Engenheiros como um meio e não um fim em si mesmo. Ele percebeu a jogada da Vale de dividir os sindicatos, que era bem diferente da tradição que encontramos na CSN. Lá,

conquistamos as negociações e o poder de entrar e poder negociar, inclusive junto com os majoritários.

João Lobo: Então, a ideia da Vale era desarticular os sindicatos?

Marta de Freitas: Isso. A Coordenação Vale passou a se reunir. Ela teve à sua frente o próprio Milton Bueno que era presidente do Metabase [de Itabira], que tinha um corpo de assessores muito bom. Assim, acabou se tornando um dos principais sindicatos de referência nas negociações com a Vale e conseguiu incluir os [sindicatos dos] ferroviários do Maranhão, ferroviários do Espírito Santo, além de sindicatos do Pará e de outros estados.

João Lobo: Marta, como se fazia uma comunicação rápida nessa época?

Marta de Freitas: Não se fazia; usávamos fax e telefone mesmo. E aí fomos nos organizando, tínhamos reuniões e tudo mais. A data-base para a Vale era junho; reuníamos, discutíamos, descobríamos as pautas conjuntas. A Vale, então, mudou a estratégia, criou uma negociação nacional e negociações regionais. Questões de salários e assemelhados eram negociadas de forma nacional, e pautas específicas de cada localidade eram feitas regionalmente.

Nesse meio do caminho, na década de 1990, um novo sindicato se uniu a nós. Ele estava vinculado a uma mina de fosfato em Sergipe, que era da Petrobras e foi transferida para a Vale. O SINDIMINA [Sindicato dos

Mineiros do Estado de Sergipe] chegou dando uma boa alavancada nas negociações, pois passamos a ter outras reivindicações e gente nova nas negociações.

Na mineração, então, foi assim. Eu atuei basicamente com a CSN e a Vale. Eu participei nas negociações com a Vale até 1995, quando saí da diretoria [do sindicato]. Das negociações com a CSN, eu saí mais cedo, porque uma das minhas tarefas era ajudar a criar uma diretoria regional no Vale das Vertentes, onde tínhamos negociações com a Açominas, com a CSN e mais algumas empresas. Nessa época construímos uma diretoria regional com trabalhadores da Açominas e da CSN. A escolha do representante da CSN foi muito interessante porque eu estava pensando em indicar um determinado engenheiro para compor a diretoria da Regional do SENGE que, para mim, tinha bom perfil para ser dirigente sindical.

Foi muito interessante porque os engenheiros da CSN nos chamaram para uma reunião e disseram que eles gostariam de indicar quem seria o representante deles na diretoria. Então foi uma eleição de uma pessoa que tinha muito mais propriedade para representar as necessidades deles. O escolhido foi diretor do sindicato durante muito tempo.

João Lobo: Marta, antes da entrevista, você havia comentado sobre seu envolvimento na luta pelos silicóticos de Nova Lima, um caso que é pouco debatido em Minas Gerais. Você poderia comentar um pouco sobre esse assunto?

Marta de Freitas: Isso ocorreu em 1987, quando eu fui contratada pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais, onde fiquei até 1995. Naquela época, já tínhamos criado esse movimento da Coordenação Vale de forma muito embrionária; a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral [CNTSM]. Nós fizemos alguns encontros. O primeiro foi na UFMG, quando vieram sindicalistas representantes de trabalhadores mineiros do Brasil inteiro.

Uma coisa que chamava a atenção, toda vez que tinha

algum encontro, era que os sindicalistas de Nova Lima diziam que tinham que sair mais cedo porque alguém havia morrido de silicose. Isso começou a incomodar, e começamos a pensar que era importante olharmos o que estava acontecendo.

Na Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social [SETAS], onde eu era Diretora de Segurança e Saúde no Trabalho, apareceu uma oportunidade, pois a Secretaria passou a sediar a Coordenadoria de Acidentes do Trabalho, criada pelo Ministério Público Estadual. Isso resultou de

Uma coisa que chamava a atenção, toda vez que tinha algum encontro, era que os sindicalistas de Nova Lima diziam que tinham que sair mais cedo porque alguém havia morrido de silicose.

convênio firmado entre a Secretaria e o MP [Ministério Público], pelo qual nós tínhamos que assessorar o MP. Em uma conversa com um promotor, num período de explosão de casos de Lesão por Esforço Repetitivo, apontei que existia a questão da silicose também. Então, entramos, primeiro, em um processo de negociação para fazer o levantamento ambiental e dos adoecidos na mina de Morro Velho, em Nova Lima. Esse processo começou com a criação de uma equipe multidisciplinar e institucional, que envolvia o Ministério do Trabalho, a Fundacentro [Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho] e a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social.

João Lobo: Ainda era a Mineração Morro Velho ou a mina já havia sido assumida pela AngloGold?

Marta de Freitas: Ainda era a Mineração Morro Velho. A gente, então, começou a fazer esses levantamentos ambientais e a detectar diversos casos. Esse relatório levantou as condições de trabalho [o relatório foi digitalizado há pouco tempo e tem cerca de 3 mil páginas]. Houve uma tentativa da Morro Velho de maquiarm tudo, como se não existissem problemas. Chegamos inclusive a fazer uma visita à mina com representantes da empresa e o, então, Ministro do Trabalho, Rogério Magri. Foi uma situação constrangedora. A Morro Velho pintou até o meio-fio,

faltou só colocar ventilador para dispersar o material particulado.

Com o levantamento, descobrimos que não só se morria de silicose; na verdade, se morria de várias formas dentro das minas. Havia uma quantidade de mortes muito grande. Uma das minas, a Mina Velha, única no mundo em um formato de espinha de peixe, ela não é horizontal, começou a desabar e foi interditada. A partir de então continuaram funcionando apenas a Mina Grande, em Nova Lima, e as minas de Raposos, Rio Acima e Sabará.

Com esse trabalho, nós fomos assim detectando que o nível de poeira era muito alto. Logo após essa visita do Ministro do Trabalho, houve uma reunião com a Morro Velho e ela fez uma exposição do lado de fora da sala com todos os EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Chamou a imprensa e fez um

marketing enorme. Alguém chegou e nos avisou. O promotor viu isso e voltou uma fera. Com isso, acabou a tentativa de acordo e houve a abertura de um processo judicial, que durou mais de 15 anos. Até hoje existem vítimas da silicose desse processo na região. Na nossa contagem, o processo abrangeu cerca de 3 mil trabalhadores e familiares de trabalhadores mortos em razão da silicose.

Foi um trabalho muito interessante e uma coisa eu te falo: valeu a pena. A Mina Grande fechou e, quando hoje você vai na Mina de Sabará, você vê que as coisas estão mil vezes melhores. Casos novos de silicose

Na nossa contagem, o processo abrangeu cerca de 3 mil trabalhadores e familiares de trabalhadores mortos em razão da silicose.

quase não existem. A ventilação e uma série de outros parâmetros melhoraram muito.

Inclusive, a experiência da Morro Velho teve uma influência muito grande nas definições sobre minas subterrâneas da Norma Regulamentadora 22. Por exemplo, outra coisa que acontecia muito na mina eram atropelamentos, muitos resultando em morte. A gente diz que foi uma ideia de um auditor fiscal do trabalho a proposta dos trabalhadores usarem uma tira refletiva para serem vistos assim que um carro lança os faróis e não ser atropelado dentro da mina. Essa foi uma solução para garantir que o trabalhador fosse visto sem precisar usar nenhuma roupa pesada no calor imenso que faz dentro da mina.

Fui liberada para o SENGE MG em 1991 e o relatório ficou pronto pouco tempo depois. Pelo fato de a Morro Velho não cumprir as condicionantes, houve também uma ação de indenização para os trabalhadores.

João Lobo: Você pode comentar um pouco sobre esse processo da criação da Norma Regulamentadora 22?

Marta de Freitas: Eu fiz parte do primeiro encontro para debater essa Norma. Após a criação da Coordenação da Vale, o grupo começou a agregar outros sindicatos de mineiros e a discutir a necessidade de se ter uma Confederação Nacional dos Sindicatos dos Mineiros. Fizemos o primeiro encontro na UFMG, e daí criamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral.

Depois do encontro ocorreu uma atividade de formação, que havia sido proposta pela Federação Internacional dos Mineiros [FIM]. Eu passei a ser instrutora da FIM; nesse momento trazíamos questões como Gestão da Qualidade Total, das ISOs [International Organization for Standardization] e os impactos na saúde dos trabalhadores. Cabe lembrar que muito desse debate sobre reorganização do processo produtivo foi um dos motivos que levaram à greve da Vale.

Então ampliamos o contato com dirigentes sindicais, com gente que ia desde a divisa entre o Brasil e o Uruguai até Roraima. O primeiro grupo era basicamente só minério de ferro e, depois, passamos a incluir trabalhadores ligados a carvão, ouro e vários outros minerais. A primeira parte das atividades era uma formação geral para sindicalistas e a segunda parte uma formação específica em saúde do trabalhador. Eu costumo dizer que, dentre os participantes, dirigentes sindicais que se tornaram Diretores de Saúde do Trabalhador foram poucos. Mas que formamos meninos muito bons, isso é inegável. Muitos deles, hoje, são ou foram presidentes de sindicatos.

Tivemos, ainda, um segundo encontro na Universidade Federal de Ouro Preto. Dessa vez, depois da formação de saúde do trabalhador, quando começamos a falar das Normas Regulamentadoras, todos apontavam que elas não correspondiam ao cotidiano. E foi muito importante esse encontro pois conseguimos a participação do então Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, na abertura. Nesse encontro defendemos que o Brasil precisava de uma Norma

Regulamentadora específica sobre mineração e explicamos que as normas de segurança do trabalho existentes não abarcavam todas as necessidades dos trabalhadores do setor. E ele se comprometeu com essa demanda.

Em 1995, o governo brasileiro assumiu junto à Organização Internacional do Trabalho o compromisso de que as normas de segurança do trabalho seriam feitas de forma tripartite: governo, empresas e trabalhadores. A partir dessa demanda foi pactuado que a bancada patronal seria chamada para participar da elaboração da Norma [Regulamentadora] da mineração. E assim foi feito. Nós passamos os anos de 1998 e 1999 discutindo a Norma Regulamentadora. Ela ficou pronta em dezembro de 1999 e entrou em vigência em 2000.

João Lobo: Esse caráter participativo na criação de uma norma era algo inovador nesse momento?

Marta de Freitas: Certamente. Esta foi a primeira norma com essa cobrança para haver a participação dos trabalhadores, embora já tivessem ocorrido alguns avanços com a norma da construção civil. A norma [da mineração] trouxe algo importante. Naquele momento havia um crescimento muito grande de

terceirização e ela criou um parâmetro diferente ao ser aplicável a todos os trabalhadores, independentemente da contratante. Ou seja, ela se aplica também aos terceirizados. A aplicação da norma específica abrangendo os terceirizados era uma questão ainda muito incipiente na época.

Outro aspecto importante era o direito de recusa. Este tinha dois componentes: o trabalhador tinha o direito de se recusar a trabalhar em razão de perigo e as empresas eram obrigadas a parar e avaliar a causa de tal recusa.

Outro aspecto importante era o direito de recusa. Este tinha dois componentes: o trabalhador tinha o direito de se recusar a trabalhar em razão de perigo e as empresas eram obrigadas a parar e avaliar a causa de tal recusa.

Outro avanço foi em relação à CIPA [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes]. Até então, ela era “vendida” como uma comissão paritária; depois da norma, incluímos a obrigação de todos os representantes da CIPA da Mineração [CIPAMIN] serem trabalhadores eleitos pelos seus pares, com exceção do presidente.

Até hoje a gente tem muita dificuldade, porque nós vemos muita CIPA paritária na mineração.

Neste finalzinho de ano [2021], estamos passando por um processo de mudança da norma. O novo texto para a norma está em consulta. Primeiro ela passa por uma consulta pública e, depois, vai para a CTPP [Comissão Tripartite Paritária Permanente]. Antigamente havia uma discussão mais especializada antes de ir para a Comissão Nacional, mas agora é direto. O texto novo, inclusive, está

muito bom, melhor do que o da norma antiga.

Mas, voltando à questão da silicose em Nova Lima. Em 2003, eu assumi a direção da Fundacentro em Minas Gerais. Naquele momento, o governo brasileiro assinou um acordo com Organização Mundial da Saúde e com a Organização Internacional do Trabalho, com o compromisso de, até 2030, erradicar a silicose no Brasil. A Fundacentro é a coordenadora do programa, em parceria com vários outros órgãos. Quando começamos o processo, tínhamos que entender como estava o estado da arte da silicose no Brasil. Ninguém sabia nada direito. A estimativa, em 1992, era que existiam, pelo menos, 500 mil trabalhadores expostos à sílica, ou seja, que estavam em ambientes com grande concentração de sílica.

A gente começou a fazer uma série de levantamentos. A Fundacentro já vinha fazendo alguns desses estudos sobre a silicose na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Inclusive, esse foi o objeto de estudo do meu trabalho de conclusão da Pós-graduação de Higiene Ocupacional; os casos de silicose em trabalhadores de rochas ornamentais [pedra sabão, quartzo, etc.]. Esse programa já vinha sendo desenvolvido desde 1999-2000, mas com vários focos. Somente na Região Metropolitana, tínhamos cerca de 15 mil trabalhadores expostos à sílica, ainda mais no caso de pequenos artesãos, que trabalhavam em casa e também expunham suas famílias às poeiras de sílica.

Nós fizemos várias medições na região e, quando fui para a Fundacentro, o Programa acabou sendo uma continuidade desse trabalho. Nós tínhamos o caso da

[Mineração] Ômega, em Santa Cruz de Minas, da extração de quartzito em São Thomé das Letras e Alpinópolis, e da lapidação de pedras em Teófilo Otoni e Joaquim Felício. Todos esses locais tinham muitos casos de silicose. Então, esse Programa passou a ser uma continuidade daquele trabalho que começou em Nova Lima.

Uma coisa que nos chamou a atenção foi o trabalho informal. Nos casos do garimpo e do artesanato, por exemplo, a concentração de sílica a que estes trabalhadores estavam expostos é muito maior do que dos trabalhadores de minas subterrâneas, como havíamos visto em Morro Velho. O processo de lapidação e a proximidade com a rocha em lugares fechados expõem os trabalhadores a um risco enorme. Assim, nós fomos detectando um número altíssimo de casos e que, de certa forma, continuam. Ainda há pessoas pesquisando o assunto em Alpinópolis e em Ouro Preto, onde a pedra sabão, além de sílica, tem amianto. Por exemplo, há casos de silicose, asbestos e câncer em Ouro Preto. Nós vemos muitos casos de câncer que foram diagnosticados, primeiramente, como tuberculose e, depois, identificados como câncer, porém, sem se fazer nenhum vínculo com o trabalho.

É uma pena que com o desgoverno que vivemos hoje, esses programas foram esvaziados, ou paralisados. As pessoas que atuavam nesses projetos, esses grandes pesquisadores, estão todos se aposentando ou indo embora. Então, não vejo uma chance de continuidade e um risco muito grande, de o Brasil, na verdade, não cumprir o que foi acordado para erradicação [da silicose] até 2030. Ou melhor, tenho certeza que não vai cumprir. Quanto

mais mexia no PNEs, mais crescia o número de casos conhecidos de silicose. Na verdade, nós precisamos disso, conhecer o que tem na realidade para conseguirmos fazer um novo projeto de atuação.

Ainda, no intervalo entre a Secretaria do Trabalho e a Fundacentro, eu acabei assessorando diferentes sindicatos de mineiros, como nos casos do Metabase de Itabira, Timbopeba e Congonhas [atualmente, Inconfidentes], Alpinópolis, e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais [FTIEMG] e outros sindicatos. Sempre vinculada com alguma coisa em saúde do trabalhador.

João Lobo: A conversa voa, mas eu queria aproveitar esses minutos finais para te pedir para fazer um apanhado de como você acompanha, nesses últimos dez anos, o processo de terceirização, a reforma trabalhista, e como o governo Bolsonaro tem influenciado o mundo do trabalho.

Marta de Freitas: Eu via algum progresso, alguma melhoria, dentro do setor mineral, com alguma dificuldade e tudo muito lento. Tinha alguma coisa

boa. Em alguns lugares, alguns progressos como, por exemplo, a questão da NR 22 [Norma Regulamentadora 22]. Quando surgia um problema, a gente tentava melhorar. Outras vezes, quando tínhamos alguma melhoria, nós dávamos alguma visibilidade ao problema e se criavam programas para buscar soluções. Por exemplo, quando a NR 22 entrou em vigor, em 2000, a taxa de mortalidade na mineração estava quase na casa de 60 [óbitos por 100 mil trabalhadores]. Depois, veio caindo, até ficar abaixo de 15, em 2016.

No ano seguinte, 2017, foi legalizada a terceirização da atividade fim. Na mineração, essa terceirização já existia na prática. Porém, com a reforma trabalhista e essa oficialização da terceirização, as condições de trabalho pioraram muito. Os sindicatos foram enfraquecidos ou simplesmente não existem mais. Funcionários das entidades sindicais

foram demitidos e hoje os sindicatos têm dificuldade de fazer qualquer trabalho, seja ir a uma mina, seja acompanhar os trabalhadores.

Os sindicatos estão todos em situação de penúria. Embora a gente tenha um carinho muito grande pela atuação deles, como o Sindicato Metabase de

Porém, com a reforma trabalhista e essa oficialização da terceirização, as condições de trabalho pioraram muito. Os sindicatos foram enfraquecidos ou simplesmente não existem mais. Funcionários das entidades sindicais foram demitidos e hoje os sindicatos têm dificuldade de fazer qualquer trabalho, seja ir a uma mina, seja acompanhar os trabalhadores.

Congonhas, que continua com a luta muito forte mesmo com a dificuldade, reconhecemos que boa parte deles está nessa situação de enfraquecimento. Enquanto isso, as empresas estão acirrando a disputa ainda mais.

Em 2015, houve o rompimento da barragem de Fundão, da Vale e da BHP Billiton. Como a terceirização era muito alta, dos 14 trabalhadores mortos, 13 eram terceirizados. Em 2017 e 2018 a terceirização aumentou de uma forma galopante; as condições de trabalho e os salários dos terceirizados são muito menores, enquanto a chance de um deles morrer trabalhando é muito maior.

Mas o que observamos com o Relatório de Análise de Impacto Regulatório [AIR], elaborado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, é que o número de mortes de trabalhadores diretos da mineração aumentou e muito, pois a taxa de mortalidade dos trabalhadores nas minas em 2019 foi de 126,38. Tem gente que afirma que é por causa de Brumadinho. Mas, mesmo se subtrairmos as 127 vítimas fatais empregados da Vale de Brumadinho, a taxa de mortalidade da mineração voltou ao patamar de 1999, ou seja, é dez vezes maior do que a taxa de mortalidade nacional por acidentes de trabalho, considerando todos os setores econômicos em 2019.

Então, é evidente que há uma piora considerável das condições de segurança nas minas legais. E é preciso lembrar que a maioria da nossa mineração ainda é informal ou ilegal.

Dessa forma, os rompimentos de barragens acabaram dando visibilidade para a verdadeira face da mineração no Brasil. Eles mostraram

que mineração não é só aquele discurso maravilhoso de dividendos e empregos. Os acidentes são contínuos na mineração, a invalidez por coluna é algo assustador, e precisamos dar visibilidade a ela. Há alguns problemas simples, que a NR 22 aborda, mas que são esquecidos. Por exemplo, os problemas de varizes de trabalhadores em plantas de beneficiamento, porque eles descem e sobem escada o tempo todo. A nova norma coloca a necessidade de elevador, por exemplo. Então, há uma possibilidade de melhora, mas isso não está dado ainda. Como as empresas acabam obtendo certificados apenas para pendurar na parede, ainda temos muito o que caminhar para garantir a saúde e a vida dos trabalhadores.

João Lobo: Como último ponto, queria te pedir que comentasse um pouco sobre sua atuação no MAM, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

Marta de Freitas: Como eu sempre mexi com mineração e com esse olhar do trabalhador, nas discussões de mudança do Código Mineral, feitas ainda no governo Dilma [Rousseff], o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração entendeu que deveria haver uma discussão com os trabalhadores. Nesse momento, alguns remanescentes da Confederação [Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral], inclusive eu, criamos um grupo chamado Ação Sindical Mineral. Esse grupo se encontrou com vários membros do MAM e MAB [Movimento dos Atingidos por

Barragens] nas discussões do Código Mineral, uma vez que a proposta do Poder Executivo tinha sido adulterada na Comissão Especial da Câmara, pelo Gabriel Guimarães e pelo Leonardo Quintão, dois deputados de Minas Gerais.

Participamos da primeira reunião do Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, em Brasília. Nessa época, eu estava na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Quando o MAM propôs que deveria haver contribuições dos trabalhadores na discussão, eu acabei me aproximando do grupo. Quando vi, eu já estava integrando o movimento. Eu participei de um curso de formação do MAM e me encantei pelo número grande de mulheres que atuam na luta do movimento. Quando me chamaram para falar da questão das mulheres na mineração, fechou o namoro.

Depois, me pediram ajuda para elaborar um projeto do MAM, em parceria com a Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], sobre os impactos da mineração na saúde da população e no meio ambiente. Um projeto muito interessante. Em 2019, foram reorganizadas as coordenações do MAM e, quando me dei conta, eu estava integrando a Comissão Nacional e a de Minas Gerais. Eu tenho gostado muito dessa experiência, porque estamos mostrando a necessidade de aproximar a saúde do trabalhador da questão ambiental.

João Lobo: Ainda existe resistência a essa aproximação?

Marta de Freitas: Existem grupos ambientalistas, e dói muito dizer isso, que acham que o trabalhador é o culpado da poeira gerada pela mineração e da destruição ambiental feita pelo processo industrial. Esse é o desafio. Eu tenho muito prazer em estar no MAM fazendo uma reflexão sobre a saúde do trabalhador. Nesse contexto, o projeto da Fiocruz é uma vitória. Hoje, um dos grandes desafios do MAM é fazer com que os sindicatos o considerem um parceiro. Para mim, é uma paixão fazer isso acontecer.

João Lobo: Marta, eu estou apaixonado pela sua história. Estou muito feliz de poder ouvir você e ficaria muito tempo conversando contigo. Mas sei que você tem outros compromissos. Eu gostaria de te agradecer muitíssimo por tudo que você compartilhou e com certeza 10% do que você viveu já daria um livro. Muito obrigado mesmo pela disponibilidade e por seu trabalho, ainda bem que Minas Gerais e o Brasil têm você. Já era seu fã antes, mas agora sou é seu mega fã, ainda mais por ter atuado em Congonhas e ter ajudado a mudar as relações na minha cidade natal.

Marta de Freitas: Eu é que agradeço. Foi um prazer contribuir e contar um pouquinho do meu percurso. Nós temos que preservar a história dos trabalhadores. Foi um grande prazer ter essa conversa e você é o meu mais novo parceiro, João. Um grande abraço.

Créditos

Entrevistador: João Luís Lobo Monteiro de Castro (PoEMAS/UFJF)

Graduando em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Centro de Direitos Humanos e Empresas - HOMA e bolsista do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS.

E-mail: joao.lope@direito.ufjf.br

Coordenação: Bruno Milanez (PoEMAS/UFJF)